

ESCOLA SEM RACISMO:

Educação como Transformação Social e Resistência Cultural no Tempo Presente

Danilo Meira Leite do Prado¹**RESUMO**

Esse artigo visa problematizar o conceito de raça/etnia em sala de aula por meio do *slam* (tipologia de poesia falada que tem por princípio a liberdade de expressão e opinião). O objetivo desse trabalho é analisar a escola enquanto ambiente formativo de consciências críticas e suas problemáticas no campo da História e, de modo específico, entender como esse instrumento pode despertar no alunado a curiosidade, a criatividade e, sobretudo, as discussões sobre as desigualdades sociais, culturais e políticas em nosso país. O estudo se ancora na perspectiva do materialismo histórico, buscando entender a superestrutura, o *universal*, e tem como metodologia a pesquisa bibliográfica com aporte teórico adequado ao tema. Soma-se a isso a análise no plano *singular*, pois serão dialogados com os conceitos de raça/etnia junto a estudantes de 9^{os} (nonos) anos do ensino fundamental de uma escola pública municipal de Campo Grande/MS. A presente análise busca entender de que modo a questão racial pode ser introduzida nas práticas didáticas docentes, tendo em vista contribuir com a formação do educando como sujeito de sua história por meio da pesquisa e reflexão autônoma. Percebe-se ser relevante o uso de diferentes metodologias em sala de aula, a fim de que não se perpetuem na escola e sociedade de modo geral, as desigualdades sociais de raça/etnia, mas também àquelas entrelaçadas a ela de modo interseccional como classe e gênero, contribuindo assim com o diálogo sobre essa problemática histórica e para o desenvolvimento humano desses estudantes enquanto cidadãos e cidadãs de direito.

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Mestrando; Bolsista PIBAP - UEMS

Palavras-chave: Educação; Raça-Etnia; Slam; Poesia.

SCHOOL WITHOUT RACISM:

Education as Social Transformation and Cultural Resistance at the Present Time

ABSTRACT

This paper aims to discuss the concept of race/ethnicity in classroom through *slam* (a poetic expression whose basis is freedom whether in expression or opinion). The purpose of the present work is to analyze school as a constructive environment for critical thinking and its effects in regards to History as a subject and, more specifically, to understand how this environment may spur within students curiosity, creativity and especially discussion towards social, cultural and political inequalities in Brazil. This research is based on the historical materialistic perspective, seeking to understand the superstructure, the *universal*, using as method and bibliography works coherent to the theme. Furthermore, a *singularity* analysis was conducted which was derived from dialogues about race/ethnicity with 9th grade students in a municipal public school in Campo Grande - MS. The present analysis aims to understand how racial issues can be introduced in the teaching practice as to contribute to the development of the students as an active part of their history through research and autonomous thinking. Through the process, a key element could be perceived: the importance of different methodologies in class, so as not to perpetuate within school, as well as society, racial/ethnic inequality as well as those within its intersectionality, such as class and gender inequalities, therefore contributing to this historical issue and to the human development of the students as rightful citizens.

Keywords: Education; Race-Ethnicity; Slam; Poetry.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objeto articular o conceito de *racismo* à prática pedagógica na educação básica. Para tanto, o objetivo do trabalho é aplicar parte da literatura debatida na disciplina *Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil*, optando como campo de análise duas turmas de 9º (nono) ano do ensino fundamental, da Escola Municipal Professora Oliva Enciso², situada no bairro Tiradentes, área periférica do município de Campo Grande/MS.

A temática é sem dúvida relevante por dialogar com demandas do tempo presente, sendo o objeto analisado à luz da perspectiva histórica, o que concede concretude ao estudo em questão. Para entender a sociedade contemporânea é necessário ter ciência dos efeitos da escravidão e do racismo institucional instaurado em nosso país mesmo após a abolição da escravatura no final do século XIX (GOMES, 2018).

A análise será realizada a partir de pesquisa bibliográfica selecionada para estabelecer diálogo com o objeto, anteriormente debatida e problematizada para então ser colocada em prática de forma sensível junto aos adolescentes. Em ordem alfabética de autoria citamos primeiramente Antônio Olímpio de Sant'Ana, *História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados*, capítulo presente no livro *Superando o Racismo na Escola* (2005), organizado pelo intelectual Kabengele

² A escolha da escola ocorreu devido ser o local de trabalho do autor.

Munanga. Obra com viés de orientação para professoras/es da educação básica se preparar e construir aulas embasadas.

O segundo texto selecionado é de coautoria entre Bartolina Ramalho Catanante e Rosana Monti Henkin; a primeira é professora doutora, leciona na pós-graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a segunda fora sua orientanda, mestra em educação pela UEMS. O artigo das autoras tem por título “*A formação docente em gênero e raça/etnia e a perspectiva de transformação social*” (2015). Esta leitura proporcionou reflexões a fim de se entender e desenvolver o objeto em exame.

O sociólogo Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, aborda historicamente a exclusão do povo preto na educação formal em nosso país, enfatizando a luta de movimentos por participação política e igualdade de oportunidades no que diz respeito ao acesso ao ensino e aprendizagem. Gonçalves, em “*Negros e educação no Brasil*” (2000) discute a organização política e a conexão estreita com a religiosidade católica, instituição dominante no período colonial e em parte considerável do Império brasileiro (1808-1889).

Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra (2018); autoria de Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne, ambas professoras na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – inspiram-se no artigo de Rita Laura Segato: *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres* (2014) – para além do título impactante ou de argumentos antes vistos como ideológicos, a narrativa tecida com grande riqueza de dados e enorme profundidade teórica elucida características nefastas da sociedade brasileira no qual ser preto e pobre são

pressupostos para a morte precoce e para uma vida sem dignidade e estereotipada de forma negativa.

Em nosso plano de aula propusemos aproximar alguns conteúdos do 9º ano do ensino fundamental anteriormente trabalhados: os conceitos de *eugenia* e *racismo* intimamente relacionados às noções pseudocientíficas de superioridade racial no contexto dos Imperialismos europeus dos séculos XIX e XX. De forma a aproximar às questões socioculturais da História do Brasil no que se refere à raça/etnia e dialogar com movimento de resistência do tempo presente. Nessas aulas optamos por questionar e debater sobre o *Slam*³, movimento político-cultural que toma força em vários países, de todos os continentes.

Dessa maneira, a metodologia escolhida para entender o conceito de racismo e o processo histórico de desigualdade social foi a escuta, o debate e a discussão da batalha poética do *Slam*. Esse movimento sensibiliza e aproxima a juventude para questões complexas na qual muitos e muitas vivenciam, porém esses adolescentes e jovens não se atentam à historicidade, formação e construção das desigualdades a que estão submetidos. Por consequência, estudar o *Slam* corrobora para desenvolver uma escola sem racismo, transformadora em suas práxis e integral com vistas a ser o ensino e a aprendizagem laicos, gratuitos e de qualidade, respeitando os direitos humanos.

Raça/etnia: construção cultural e singularidade nacional

³ *Slam* é uma tipologia de poesia falada no qual se tem a liberdade de expressão e opinião como grandes características (D'ALVA, 2011).

Buscamos refletir sobre o conceito de raça/etnia e sua íntima relação com o preconceito racial disseminado cultural, social, econômica e politicamente em nosso país desde o início do processo de escravidão do povo negro ainda no Brasil Colônia. Embora a origem dessa prática remonta ao mercantilismo, fase prévia do sistema capitalista propriamente dito, ainda em meados do século XV, quando “milhões de páginas em tratados, ensaios, monografias, teses, etc. foram escritas para sustentar o insustentável: o racismo como uma prática necessária e justificável” (SANT’ANA, 2005, p.42). Esse projeto eugenista, denunciado por Antônio Sant’ana, irá corroborar para a escravização do povo negro pelas elites nacionais e, também, sendo esse ideal defendido pela instituição clerical nas Américas.

Destaca-se que entendemos ser o conceito de raça uma construção social, no qual hierarquiza uma etnia sobre outra devido ao seu fenótipo, às características biológicas inerentes aos indivíduos. É relevante pensar que não há respaldo científico afirmar sermos enquanto raça humana diferentes entre si, no entanto as relações sociais e culturais fomentam atitudes preconceituosas que devem ser analisadas, nesse sentido ocorre a importância em se compreender os conceitos de raça-etnia, pois esses termos são construídos em sociedade, principalmente ao se referir acerca do passado colonial brasileiro e as suas contribuições à contemporaneidade – para muito além de viés político-ideológico (CATANANTE e HENKIN, 2015).

Gonçalves (2000) problematiza o acesso à educação formal para além da relação de poder entre os negros e não-negros, mas entre a própria população preta em suas diferentes gerações e faixas etárias. Historicamente, pode-se associar o atraso

e a negação da educação pública aos afrodescendentes por vários fatores, dentre eles está presente a cultura religiosa naquele momento apoiadora de práticas racistas. Conforme afirmado por Gonçalves (2000, p. 327),

Podemos estudar ainda no séc XIX iniciativas voltadas para a educação de adultos. Criaram-se, assim, os cursos noturnos, pelo Decreto 7.031 de 6 de setembro de 1878. Projeto educacional do Império: obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos; [...] eliminava a proibição de escravos frequentarem as escolas públicas [...] cursos nos quais se registrava alguma presença de negros, eram aqueles encabeçados por abolicionistas, republicanos e, ainda, ferrenhos críticos da Igreja católica e defensores da instrução para o povo (GONÇALVES, 2000, p. 327).

Aponta-se que até o final do século XIX não era permitido aos escravizados frequentarem escolas públicas, sendo iniciativas de abolicionistas e republicanos a prática do ensino aos recém libertos. Tampouco após a abolição da escravatura em 1888, período de término do Império brasileiro assim como no início da República em 1889, gestada e gerida por generais, haverá políticas públicas estatais para a inclusão da população negra, seja no mercado de trabalho ou alfabetização e educação.

A religião cristã católica dos colonizadores espanhóis e portugueses embora propagasse o ideal de libertação dos povos ditos pagãos, não foi libertadora para os cativos escravizados vindos do continente africano. Nas palavras do sociólogo Luiz Gonçalves (2000),

ao contrário, ele legitimou prática e teoricamente o sistema colonial, aplicando castigos aceitos na época como princípio moral da formação do trabalhador e ameaçando os escravos fujões com a excomunhão. Quando se fala em catequese dos negros, não há qualquer indício de que a educação dos cativos estivesse nos planos da Igreja católica (GONÇALVES, 2000, p. 329).

Essa pode ser caracterizada como a cultura do medo na qual imperou sob a parceria entre Estado e Igreja, sendo eficaz e duradouros os primeiros séculos da colonização brasileira de práticas racistas e eugênicas.

A formação de uma sociedade racista e estigmatizada é, portanto, percebida em nosso cotidiano, consequências desse processo histórico de marginalização desde o processo enunciado por Gonçalves (2000) e corroborado com a densa e rica análise da pesquisadora Nilma Lino Gomes (2018),

Se a interpretação sociológica e da militância negra da década de 1970 já permitia analisar a situação de violência sofrida pela população negra como genocídio, podemos imaginar o que os autores diriam se pudessem ter assistido como esse quadro se agravou com o passar dos anos e atingiu de forma ainda mais contundente a juventude negra. Cerqueira, Lima e Bueno *et al* (2017), ao produzirem o Atlas da Violência (2017) relatam que: “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (p. 30). [...] o Atlas da Violência (2017) mostrou que entre 2005 e 2015 a taxa de homicídios de mulheres brancas teve redução de 7,4%, enquanto a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou 22%. (GOMES, 2018, p. 5-6).

Presenciamos altos índices da mortalidade da população negra, sendo, portanto, colocada em prática uma política de extermínio da maior parcela do corpo social brasileiro⁴. Essa guerra a que está submetida a população afrodescendente remonta ao primeiro contato dos europeus e suas relações comerciais a fim de abastecer suas colônias com mão-de-obra especializada, *a priori* cana-de-açúcar e na sequência para o garimpo de metais preciosos.

Com base nesses dados do Atlas da Violência (2017) podemos constatar que de fato existe um projeto de precarização econômica e extermínio da população negra, sendo inclusas também as mulheres como alvo desse genocídio, pois houve diminuição na mortalidade de mulheres brancas enquanto houve aumento na morte de mulheres negras.

Com o objetivo de denúncia e conscientização sobre práticas enraizadas em nossa sociedade brasileira de preconceitos dos mais variados matizes, de falsa democracia racial e igualmente mentirosa cordialidade o *Slam* aparece como uma das alternativas de resistência cultural, de livre circulação de ideias e como forma de vivificar a palavra e torná-la realmente significativa para quem participa e escuta de forma ativa. Na definição da *slammer* Roberta Estrela D'Alva:

O *slam* é feito pelas e para as pessoas. Pessoas que, apropriando-se de um lugar que é seu por direito, comparecem em frente a um microfone para dizer quem são, de onde vieram e qual o mundo em que acreditam (ou não) [...]. Um espaço autônomo onde é celebrada

⁴ <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> e
<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/3/violencia-por-raca-e-genero>

a palavra, a fala, e, ainda mais fundamental num mundo como o que vivemos – a escuta (D’ALVA, 2011, p.125).

Destaca-se a criatividade e o curto espaço de tempo com que são desenvolvidas as batalhas de *slam*, em média três minutos de fala para cada personagem – o *slammer* – que atua de maneira autônoma. Essa característica é de fundamental importância, a pessoa tem de apresentar sua própria produção, sua performance também caracterizar sua personalidade, ressalta-se ainda que uma das regras é não ser permitido o uso de adereços ou fantasias, pois a poesia e o seu conteúdo são o real foco de atenção.

O *slam* em nosso país tem por origem o início do século XXI e tem se popularizado desde então. Compreende-se ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem para o alunado do tempo presente devido ser uma maneira de compreensão do *modus operandi* do patriarcado, dos usos e abusos do machismo, do racismo, de resistência de mulheres e demais grupos minoritários, de entendimento da nossa história entre tantas outras formas atuantes de sensibilizar, de criticar e transformar. Traz consigo uma possibilidade de contribuir com urgência na escola contemporânea, tendo em vista ser mais inclusiva, conceder e, talvez o mais importante, proporcionar a escuta dessa juventude que anseia por mudanças.

A escola dos dias atuais deve ser um ambiente de práticas que abarquem a construção do conhecimento, firmando vínculos harmônicos, desenvolvendo a discussão da ciência na vida de crianças e adolescentes, para muito além de maniqueísmos e interesses financeiros. No entanto, na contramão de nossa

perspectiva, historicamente a educação é vista como mercado, sobretudo a partir dos anos 1950 e 1960 no Brasil, com o processo de abertura econômica ao capital estrangeiro a relação se torna íntima entre industrialização e educação, desse modo a criatividade, senso crítico e as características sócio-emocionais tornaram-se menores e podemos dizer que relegadas ao ostracismo (FREITAS; BICCAS, 2009).

É relevante para nós compreendermos a escola pública na contemporaneidade e encontrar a totalidade de sua constituição. Há grande disputa pelo “controle ideológico da escola e seu alinhamento à lógica das necessidades do aparato produtivo” (FREITAS, 2016, p.140). Desse modo, cabe também ao professorado transgredir essa lógica de mercado, ir além do que lhe é posto e entendido por normal e natural, por exemplo, entender que a desigualdade em nosso país é vontade divina ou fruto do empenho de uns *versus* falta de trabalho de outros é resultado da ausência de consciência da concretude histórica que perpassa nosso contexto real. A necessidade em se estudar e compreender o *slam* dialoga com o percurso histórico de desigualdades de raça, gênero e classe na qual estamos inseridos.

Ainda no que se refere à educação, nos apropriamos da análise de Lúcia Bruno (2011), sobretudo nos mecanismos gerais da acumulação de capital, ou seja, como a mesma é utilizada a fim de manter a reprodução da classe trabalhadora e, ainda, formar os novos trabalhadores. Nas palavras da autora:

Assim, a educação dita pública foi condicionada, não para o desenvolvimento da inteligência e da autonomia intelectual dos filhos de trabalhadores, mas para atender às necessidades de

determinadas especialidades, da nova tecnologia, das novas estratégias de controle social e, acima de tudo, das necessidades oriundas do novo quadro disciplinar que se tornou dominante (BRUNO, 2011, p.547).

Na atualidade, o interesse dos reformadores empresariais da educação, na direção do que afirma Lúcia Bruno (2011), condicionam o fracasso da escola pública por esta ser estatal, para toda população. Sendo ela inferiorizada por – dentre outras teses – ser mal gerida e administrada pelo corpo de profissionais e servidores públicos (professorado). O ambiente escolar deve quebrar todo vínculo discriminatório, em especial citamos a questão de gênero, raça e classe nas quais estão presentes em todos os espaços de nossa vida social, “Atividades separadas para meninos, meninas, valoração diferenciada por sexo, livros didáticos com conceitos distorcidos e vocabulário rotineiro discriminatório são exemplos da reprodução dessas discriminações” (CATANANTE e HENKIN, 2015, p.234).

Evidenciamos, em concordância ao exposto por Catanante e Henkin, ser necessário ir na contramão dessa maneira de reprodução discriminatória de quaisquer ordens, pois a escola do tempo presente tem a urgência de formar cidadãos conscientes, críticos e abertos ao diálogo e ao debate que se orientem na direção dos Direitos Humanos, no respeito pleno a qualquer pessoa e suas diferenças, seja de matriz religiosa, de cor, gênero e/ou política.

Como observado, o sistema capitalista que se encontra avançado no século XXI busca por novas demandas e constrói necessidades. Para se obter qualidade mínima de vida os próprios adolescentes e jovens inseridos nesse sistema anseiam por

melhores empregos e, conseqüentemente, por formações de qualidade. Esses estudantes somados a setores da sociedade civil exercem pressão por dignidade no processo de ensino-aprendizagem. Como afirma Lúcia Bruno (2011, p.551),

Que o processo formativo no interior dos sistemas de ensino não tenha se reduzido a uma ação do capital, o atestam as incontáveis revoltas de estudantes e lutas de professores, especialmente a partir dos anos de 1960 nos Estados Unidos e Europa e, no Brasil, nos anos de 1980. Essas lutas, aliadas às novas exigências de qualificação e de um novo modelo disciplinar decorrente da reestruturação produtiva, levaram à crise da educação no mundo ocidental e obrigaram o capital a repensar o papel da escola e suas formas de funcionamento e regulação (BRUNO, 2011, p.551).

Por meio de pressões e lutas por conquistas sociais no interior do sistema capitalista em meados do século XX nos EUA e Europa; no início do século XXI, na América do Sul, a eleição de governos progressistas casos do Brasil e do Uruguai, nos foi possível alguns direitos antes distantes e o acesso à cultura outrora destinada apenas à elite econômica. Além das políticas públicas – no caso brasileiro – nas quais grupos antes marginalizados e excluídos socialmente não tinham oportunidades de alcançar uma melhor formação, vide a política de cotas para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas sendo incorporadas no início da década de 2000. Conforme afirmado pelo patrono da educação brasileira, Paulo Freire (1996),

[...] o avanço da ciência e/ou da tecnologia, pode legitimar uma “ordem” desordeira em que só as minorias do poder esbanjam e gozam enquanto às maiorias em dificuldades até para sobreviver se diz que a realidade é assim

mesmo, que sua fome é uma fatalidade do fim do século (FREIRE, 1996, p.39).

Em síntese, nosso olhar encontra-se de forma análoga ao dos autores e autoras mencionados e problematizados nesse trabalho, embora de forma preliminar: as minorias de direitos devem ter acesso às novas mídias, culturas e recursos tecnológicos. A educação de qualidade deve ser integralmente aberta e assim contribuir para que seja de fato eficaz, corroborando para a construção de estudantes críticos e pesquisadores de sua realidade e vivência sociocultural.

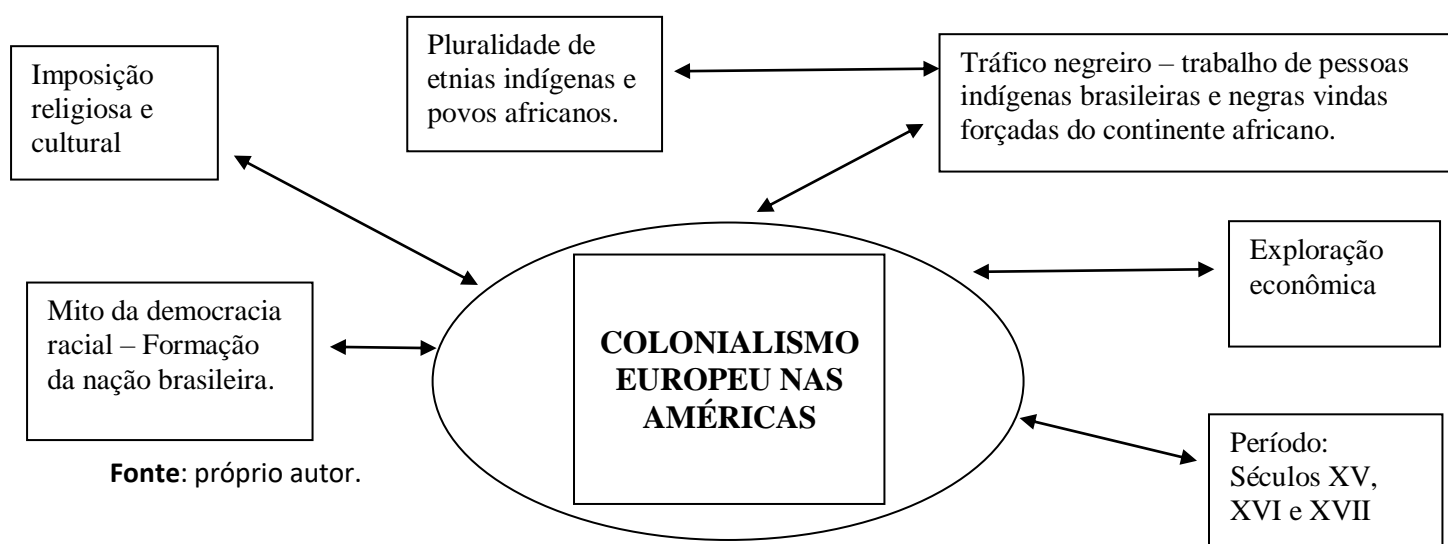
DIÁLOGO DE SABERES – A SALA DE AULA CONTÉM ESPERANÇAS

As aulas⁵ aconteceram em 27 de junho de 2019, ambas no período matutino, no 9º B primeiro e segundo tempos, 7h às 9h; e 9º A, terceiro e quarto tempos, 9h10m às 11h10m. A prática pautou-se por sensibilizar o alunado sobre as questões concernentes ao próprio currículo, visto que são discutidos conteúdos intrínsecos ao conceito de raça. Por exemplo, o *Neocolonialismo/Imperialismo* na África e Ásia nos séculos XIX e XX, a partilha do continente africano e asiático pelas nações industrializadas europeias e, também, o recorte cultural desse momento histórico que buscava legitimar tais práticas racistas, xenofóbicas etc. por meio da “ciência” (SANT’ANA, 2005).

⁵ Plano de aula em anexo nesse artigo.

Para tal, voltamos o olhar para o contexto do Colonialismo nas Américas no decorrer dos séculos XV e XVI, ênfase dada à intensa desigualdade social em nosso país justamente devido a esse contato violento entre europeus e indígenas do continente americano. A respeito desse contexto histórico, importante destacar a elaboração de um mapa mental para fins didáticos, de elucidação dos conceitos abordados.

Mapa mental 1:



O mapa mental é um relevante recurso para sistematização do conhecimento e facilita no ensino e aprendizagem em sala de aula. O professor-autor utiliza bastante essa metodologia de trabalho, sendo constatada na prática docente resultado profícuo e eficiente para iniciar discussões e, ao longo do debate, também é possível inserir conceitos e categorias para problematização, interpretação e análise dos próprios educandos.

Destaca-se o diálogo visando entender o conhecimento prévio do alunado sobre a temática, visto que no currículo de História eles aprendem sobre a temática do “*Descobrimento*” no 7º ano do ensino fundamental. Para elucidar o plano de aula juntamente com os conceitos e tempo de aula trabalhados, apresentas abaixo uma tabela com o objetivo de resumir nossas ações:

Tabela 1: Resumo do plano de aula.

Ano / Série	Período	Quantidade de alunas/os	Tempo – Hora/aula	Conceitos
9º A	Matutino	32	120 minutos	Raça/Etnia.
9º B	Matutino	37	120 minutos	Raça/Etnia.

Fonte: próprio autor.

A partir da contextualização histórica necessária para a devida compreensão das discrepâncias sociais intrínsecas à nossa sociedade, inserimos o áudio da *slammer* Gabriela Nunes, conhecida por *GABZ*, na qual discute de maneira visceral acerca das mazelas sociais de gênero, raça e classe. Após a escuta atenta, houve debate e diálogo igualmente acalorado, vibrante e a construção do saber se deu de forma holística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover uma apropriação discente do território escolar, da praça da comunidade, das ruas, enfim, de todo espaço público é essencial para a juventude do tempo

presente ter ciência da plenitude de seus direitos. E com esse uso aprimorar uma conscientização da não neutralidade da internet, dos meios de comunicação e tampouco dos materiais ali disponíveis torna-se sobremaneira vital para nos aproximarmos da proposta de educação que seja emancipadora e no qual a formação de estudantes críticos aconteça com total êxito.

É relevante problematizarmos sobre a questão da liberdade do educando. Entendemos ser a educação um ato que aspira mudanças radicais na sociedade (FREIRE, 1996), pois ela corrobora para suprir necessidades econômicas e sociais básicas. Assim como nós construímos e desenvolvemos nossas necessidades de acordo com o meio social e o avanço da sociedade no qual estamos inseridos.

É por demais necessária a luta por transformar a sociedade capitalista fundada em um sistema antiquado, que perpetua a desigualdade econômica e social, assim como concentra a produção de riquezas nas mãos de poucos. A educação em si mesma não é messiânica e nem será salvadora de todos os males do sistema hegemônico, porém, acreditamos ser por meio dela e de seus recursos que se pode conscientizar o maior número de indivíduos acerca da tamanha desigualdade a que estamos imersos. Lutar por uma educação emancipadora, por crianças, adolescentes e jovens que aprendam a pesquisar e, conseqüentemente, sejam sujeitos históricos de suas vidas: esse é um desafio para a classe de educadores do tempo presente cujo lugar somos pertencentes e sujeitos ativos de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ALVES, G. L. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003. p.17-29.

BRUNO, Lucia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Brasília, v.16 n.48, p. 545-562, set-dez, 2011.

CATANANTE, Bartolina Ramalho & HENKIN, Rosana Monti. **A Formação Docente em Gênero e Raça/Etnia e a Perspectiva de Transformação Social**. Revista HISTEDBR Online, Campinas, nº 63, p. 233-242, jun2015 – ISSN: 1676-2584.

D'ALVA, Roberta Estrela. **Um microfone na mão e uma ideia na cabeça** – o poetry slam entra em cena. Synergies Brésil. nº 9, 2011. p.119-126.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

_____. **Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade**. *Cad. CEDES* [online]. 2016, vol.36, n.99, pp.137-153.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. O desenvolvimento como meta e como mistificação. In: _____. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, v. 3, p. 139-176.

GOMES, Nilma Lino e LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra.** *Educ. rev.* [online]. 2018, vol.34, e197406. Epub 23-Nov-2018. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698197406>.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e Educação no Brasil. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho; Cynthia Greive Veiga. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000, v. 1, p. 325-346.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos Sobre o Racismo e Seus Derivados. In: _____. MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola.* 2ª ed. Revisada. Brasília. MEC, 2005. Pag. 39-68.

ANEXO**PLANO DE AULA**

Escola Municipal Professora Oliva Enciso

Semana 24/06 a 28/06 – Quinta-feira

Componente Curricular: História

Professor Danilo

9º Ano A e B – Matutino

Duração: 120 min. (2 horas/aula)

I. CONTEÚDOS:

- Definição de Imperialismo/Neocolonialismo;
- Conceito de raça-etnia;
- Origens do racismo no Brasil e discussões ainda persistentes sobre esse conceito relacionado à classe e gênero.

II. OBJETIVOS:

- Demonstrar a atualidade e pertinência do tema;
- Problematizar as fontes históricas estudadas (fotografias, cartas e poesias)

III. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

- Leitura e interpretação de poesias;
- Recursos audiovisuais a fim de entender a sonoridade, a poética e *performance* das batalhas de *slam*;

- Discussão e problematização das poesias lidas e ouvidas;
- Conceitos e discussão histórica presentes no *slam* debatido.

IV. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA:

debate do alunado durante a aula;

tema discutido e a realização de um trabalho de pesquisa sobre “*slammers*”;

Trabalho articulado de maneira interdisciplinar com o professor de língua inglesa sobre os estrangeirismos.

Participação e

Produção de uma poesia sobre o

V. RECURSOS:

Atividade xerocopiada – Poesia impressa;
de som para escuta da apresentação da batalha de *slam*.

Caixa

APÊNDICE⁶**Autora:** Gabriela Nunes (GABZ).

Se pelo menos eu soubesse / Meu verdadeiro sobrenome
 Meu país, minha terra / Ah, se eu soubesse, já era
 Se minha carne fosse vista diferente / Se seu olhar fosse mais inocente
 Se eu não tivesse que ser forte / Nem dependesse da sorte
 Se antes do diabo que me pintam por ser o que sou
 Ou da deusa que cultivam pelo mesmo motivo / Eu fosse pessoa, pessoa antes de
 mulata]
 Se eu não tivesse que falar na lata / E se eu não tivesse que gritar
 Ainda ia ter graça me ver sangrar? / E se eu quisesse me vingar?
 Ou cês acha que nós não lembrava / Do estupro da escrava?
 Que cês ainda comemoram a ação / Porque o resultado: a linda miscigenação
 Ou cês acha que nós esquece / A tragédia dos mec mec
 Que termina lá no Cytotec? / Sim, aborto

⁶ <https://genius.com/Grito-filmes-slam-grito-filmes-gabz-lyrics>. Referência para a poesia / *slam* discutida em aula. Último acesso em 08 de julho de 2019.

A pergunta agora é se o feto era vivo ou morto / E ela? / Crucificada aos 16
Sem a ajuda de nenhum de vocês
Sozinha / Pedindo aos céus ajuda de mainha
Mas aqui só tinha inferno / E o julgamento é eterno
Se não vai pra prisão, pode ir pro valão / Taxada de puta na televisão
Pra nós, ninguém reserva oração / Tudo preto, sem bandeira branca na trama
Cê já sentiu negra drama? / Ou tu só respeita se for da família?
Pede bênção pra mãe e não assume a filha / É que cês não gosta de mulher, cês gosta
é de buceta]
De preferência branca, mas com bunda de preta / Até serve comer mulata, mas se for
a que te acata]
E os mano sempre diz que são todo errado / E aí quer pagar de aliado
Mas cês tem que entender nosso lado / Nós não atura papo de mandado
Porque o papo não faz curva, aqui o papo é reto / Cê vai se arrepender de me fazer de
objeto]
Eu não tô aqui pra fazer seu membro ficar ereto / Não se esqueça, aqui é muita treta
Se teu pau é Ku Klux Klan, minha buceta é Pantera Negra
É que eu não aguento mais, será que um dia tem paz?
Ou será sempre mais um jaz?
No cais, sinto o horror do Valongo / Quilombo dor, é o combo do meu horror
Mas você não me parou / Uns morto na matéria, mas vivo na memória
Eu canto aqui é pra lembrar essas história
Em meio ao caos nós vai encontrar a glória
Em meio a tanta luta nós vai chegar na vitória
É que eu tenho minha raiz, minha base pra ser feliz
Eu invado, eu não me encaixo / E você ainda se acha muito macho?
Mas nunca viu rastro de cobra, nem couro de lobisomem
Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come
O que eu passei na vida, cês não sabe como é
Pra viver na minha pele, neguin, tem que ser muito, mas muito mulher!